

FHC não pode vetar salário de parlamentar

Se o presidente Fernando Henrique Cardoso achou que o pagamento de 15 salários para os parlamentares e a fixação do seu salário em R\$ 8,5 mil foi exagerada, terá que se conformar. O projeto, previsto pela Constituição, que obriga o Congresso a estabelecer os vencimentos do primeiro escalão da República e da próxima legislatura, nasce e morre dentro do Congresso, não cabendo qualquer espécie de veto presidencial. Na verdade, alguns parlamentares comentam que o Presidente, ao assumir esse comportamento, estaria apenas tentando manter sua imagem junto à opinião pública, já que deverá vetar o aumento do salário mínimo para R\$ 100.

“Para as responsabilidades que essas funções exigem, os salários que o Congresso fixou não são exagerados. Além disso, os salários estão defasados há anos”, justifica o deputado Wilson Campos (PSDB-PE), primeiro-secretário da Câmara.

Moderação — Preocupado com a repercussão que um aumento exagerado poderia ter, Fernando Henrique teria recomendado moderação, durante a fase de discussão do assunto. Por isso, a proposta original, que pagaria R\$ 11,2 mil para ele e R\$ 10 mil para os parlamentares, foi derrubada, depois de ter ficado tudo acertado. O Presidente não concordou sequer com uma alternativa para a fórmula, que lhe dava R\$ 9 mil de salário. Como os salários dos parlamentares não poderiam ser muito menores do que o do Presidente, fechou-se a última proposta em R\$ 8,5 mil, articulando-se a fórmula especial de pagamento para deputados e senadores, criando o dispositivo dos 15 salários, que aumentava o valor de R\$ 8 mil para R\$ 10 mil. Pelas novas regras, os parlamentares poderão ter até 19 salários por ano. Para isso, basta uma convocação extraordinária em janeiro e outra em julho.